

A Notícia como Gênero do Discurso Jornalístico na Cobertura da Justiça do Trabalho pela Imprensa do Ceará¹

Daniel Dantas Lemos²
Hugo Cardim Pinheiro³
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo

Este artigo se propõe a realizar uma análise inicial de enunciados jornalísticos com fundamento nos estudos dos gêneros do discurso jornalístico, tomados a partir do pensamento do Círculo de Bakhtin, em diálogo crítico com a Classificação Marques de Melo (MELO & ASSIS, 2013). Para tanto, realiza uma análise da cobertura acerca da Justiça do Trabalho no Ceará no Diário do Nordeste e em O Povo, considerando a partir daí as notícias como gêneros do discurso jornalístico. A fim de alcançar nossos objetivos, discutimos as noções de enunciado e gênero, destacando as questões estilísticas, a intenção comunicativa, o acento de valor. Ao fim do trabalho, consideramos possível realizar uma generalização acerca de uma teoria dos gêneros do discurso jornalístico conforme as noções do Círculo de Bakhtin no âmbito dos estudos da comunicação.

Palavras-chave

Jornalismo; Gêneros do Discurso; Gêneros Jornalísticos; Notícia; Justiça do Trabalho.

Introdução

Este artigo se propõe a realizar uma análise inicial de enunciados jornalísticos com fundamento nos estudos dos gêneros do discurso jornalístico, tomados a partir do pensamento do Círculo de Bakhtin.

Para tanto, selecionamos como corpus a materialidade de textos jornalísticos acerca da Justiça trabalhista do estado do Ceará, analisados inicialmente por Pinheiro (2015) em sua pesquisa monográfica de conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará.

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestre e doutor em Estudos da Linguagem pela UFRN. Docente da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: danieldantas79@uol.com.br.

³ Graduado em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: hugocardim@gmail.com.

Retomamos, também, parte do que Lemos (2015) apresenta de discussão acerca de gêneros do discurso e sua crítica a algumas das perspectivas propostas para a compreensão do gênero no âmbito da comunicação e do jornalismo.

1. Noções iniciais de gênero

A ideia do gênero, diz Charaudeau (2014, p. 249), remete à Antiguidade. Segundo ele, na Antiguidade greco-romana, a natureza dos gêneros se marcava em duas origens - de um lado, os gêneros do fazer poético que celebravam heróis e deuses, interpretavam enigmas, aproximavam homens e divindades; de outro, os gêneros retóricos que emergem na Grécia clássica e na Roma de Cícero “como respostas às necessidades de gerir a vida da cidade e os conflitos comerciais, fazendo da fala pública um instrumento de deliberação e de persuasão jurídica e política”.

É a partir daí que, na literatura, os gêneros passam a ser utilizados, segundo Charaudeau (2014, p. 249-250), para selecionar e classificar os diferentes textos literários de prosa e poesia. Além disso, destaca Charaudeau (2014, p. 250), os gêneros podem ser abordados de uma perspectiva funcional, enunciativa, textual ou comunicacional, que nos interessa neste trabalho por se vincular à obra de Bakhtin.

2. Gênero, estilo e formato

O estudo dos gêneros do discurso passa, necessariamente, pelo texto seminal de Bakhtin (2003). Ainda que haja uma forte influência por parte da Classificação Marques de Melo na discussão dos gêneros do jornalismo, textos abordando uma perspectiva bakhtiniana dos gêneros estão presentes também no campo dos estudos do jornalismo. Ainda assim, propomo-nos, nos limites deste trabalho, a uma revisão crítica de ao menos alguns textos que partem de pontos distintos.

Rajo & Barbosa (2013, p. 59), por exemplo, destacam que, de um ponto de vista bakhtiniano, todas as esferas da atividade humana são atravessadas por formas de comunicação verbal e, em cada uma dessas esferas, são elaborados seus tipos relativamente estáveis de enunciados - os gêneros do discurso, como os define Bakhtin (2003, p. 261). Nisso, como diz Mendes (2014, p. 12), Bakhtin resgata a relação entre o linguageiro e o social, afirmando que “os gêneros só fazem sentido se pensados de forma integrada à atividade humana”.

Pensar o gênero do discurso, em Bakhtin (2003, p. 263), é, também, refletir sobre a natureza do enunciado. Se o gênero é, na sua concepção, uma forma semiestabilizada de comunicação, essa comunicação se dá como enunciados - a língua se efetua em forma de enunciados, sendo estes a unidade real da comunicação discursiva, em contraposição à oração, unidade da língua a partir de uma perspectiva que a entende como sistema. Enunciados, portanto, diz Bakhtin (2003, p. 263), "são formas orais e/ou escritas, concretas, únicas, proferidas por integrantes de um campo da atividade humana, refletindo as condições de produção e finalidade deste grupo".

Importante ressaltar, nesse sentido, que, na perspectiva do Círculo de Bakhtin, o estilo não é entendido como manifestação individual. Assim, diz Bakhtin (2003, p. 266), na "imensa maioria dos gêneros discursivos (exceto nos artístico-literários), o estilo individual não faz parte do plano do enunciado". Desse modo, a individualidade se manifesta na escolha do gênero e na composição do enunciado, mas o estilo já é definido no gênero escolhido. Por isso, se observarmos enunciados diferentes, como os textos jornalísticos do Diário do Nordeste e de O Povo sobre a Justiça trabalhista, reconheceremos neles estilos que serão distintos não apenas em relação aos diferentes veículos em suas linhas editoriais e seus posicionamentos discursivos, mas, sim, aos gêneros do discurso jornalísticos em particular. Como o gênero discursivo se caracteriza como formas relativamente estáveis de enunciados, um dos elementos que concede tal estabilidade relativa é, justamente, o estilo do gênero. Desse modo, diz Bakhtin (2003, p. 266), os "estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e de comunicação". É por isso, diz Bakhtin (2003, p. 268), que a migração de um estilo entre um gênero e outro não somente modifica o som do estilo nas condições de um gênero que não lhe é próprio, como destrói e renova tal gênero.

Essa discussão sobre estilo contribui para questionarmos a Classificação Marques de Melo, conforme exposta em Melo & Assis (2013). Para isso, buscamos as suas definições para gênero e formato. Para a perspectiva funcionalista de Melo & Assis (2013, p. 30), são os gêneros jornalísticos as classes

de unidades de comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (...), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas.

Melo (2003b, p. 11 *apud* MELO & ASSIS, 2013, p. 30-31) diz ainda, afastando-se por completo da noção bakhtiniana de gênero do discurso, que entende gênero jornalístico

como “um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens de atualidade, a partir das formas de expressão adotadas nas empresas e refletindo em certo sentido o consenso corporativo”.

Dizem também Melo & Assis (2013, p. 31) que os gêneros jornalísticos possuiriam duas características básicas, quais sejam, a aptidão para agrupar diferentes formatos e sua função social (i.e., informar, opinar, interpretar, divertir e ser útil). Por isso, Melo & Assis (2013, p. 31) afirmam que os “gêneros refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania”.

Essa definição de gênero adota uma perspectiva ideologizada que não se preocupa em considerar adequadamente o papel da intenção comunicativa manifestada no enunciado jornalístico. Desse modo, pressupõe que seja possível, sem os devidos questionamentos de natureza discursiva e ideológica, às empresas jornalísticas e aos jornalistas descobrir “o que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar” (MELO & ASSIS, 2013, p. 31). De igual modo, a definição apresentada como respaldo à Classificação Marques de Melo desconsidera estudos do jornalismo, como, por exemplo, os avanços apresentados pela teoria do agendamento.

A definição de formato jornalístico apresentada pela Classificação Marques de Melo, por sua vez, considera aspectos de construção dos textos que estabelecem parâmetros estruturais que incluem aspectos textuais, como também procedimentos e particularidades relacionados à forma como opera cada unidade (MELO & ASSIS, 2013, p. 32). Assim, segundo Melo & Assis (2013, p. 32), formato jornalístico “é o feito de construção da informação transmitida pela mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica de cada sociedade nacional”.

Entendemos, aqui, que a noção de formato jornalístico que fundamenta a Classificação Marques de Melo poderia ser substituída mais adequadamente pela ideia de enunciado em Bakhtin (2003). A questão é que os autores denominam “formato” aquilo que é, conforme a posição de Bakhtin (2003), enunciado - e, por consequência, gênero do discurso: em cada esfera ou campo social, os enunciados se configuram de uma determinada maneira atendendo a uma finalidade na comunicação discursiva.

Melo & Assis (2013, p. 23) utilizam uma versão em inglês do texto de Bakhtin sobre gênero do discurso - e, ao traduzir a definição de gênero (“tipos relativamente estáveis de enunciados”), utilizam a construção “expressões linguísticas desenvolvidas em situações

comunicacionais específicas, que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura”. Assim, não podem adotar a noção de enunciado em seu texto, inclusive porque tal noção, por sua vez, contradiria a conceituação de formato adotada pela Classificação Marques de Melo: diante daquela, o que os autores chamaram de formato seria evidentemente reconhecido como enunciado e gênero do discurso.

Bakhtin (2003, p. 272) entende, também, que cada "enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados". Nenhum enunciado é o primeiro a romper o silêncio do universo e qualquer enunciado configurado em gêneros discursivos do jornalismo responde a enunciados anteriores e aponta para aqueles que ainda serão enunciados em resposta. Além disso, como diz Souza (2011, p. 122), a "riqueza e a heterogeneidade dos gêneros do discurso fazem com que um primeiro enunciado contribua para a formação de um segundo que, por sua vez, exerce influência sobre um terceiro, e assim sucessivamente". Sendo, assim, o cotidiano o terreno em que se edificam os gêneros do discurso, estes podem ser pensados também no contexto dos meios de comunicação e as suas tecnologias. Além disso, complementa Souza (2011, p. 122), "os gêneros do discurso se constituem a partir de aproximações, justaposições ou fusões de materiais enunciativos que se friccionam, permitindo o surgimento de novos enunciados".

Falando sobre os gêneros do discurso jornalístico, Cristóvão (2012, p. 11) defende que estes devem ser considerados como próximos aos secundários, ainda que em uma gradação, por considerar "uma modalidade com ramificações no discurso primário, como se estivesse localizado num espaço intermediário entre o discurso primário e secundário". E esclarece Cristóvão (2012, p. 11) que os enunciados jornalísticos se aproximam dos gêneros primários

pela sua relação estreita com a realidade e com a realidade dos enunciados alheios, no dizer do próprio Bakhtin. A relação com o real, no sentido já apontado no início desta seção, é o próprio cerne do jornalismo, que também se utiliza de enunciados alheios para corroborar sua relação com o fato, que se supõe um fragmento da realidade. A utilização de enunciados de "outros" é uma constante no texto jornalístico e tem vários objetivos, entre os quais o de reforçar a imparcialidade do discurso, já que, dessa forma, quem está relatando, afirmando ou negando algo numa notícia passa(m) a ser o(s) protagonista(s) do fato e não o jornalista.

Faz, portanto, parte do escopo de nossa discussão considerar a questão do enunciado, indo, porém, além da noção de responsividade que considera os enunciados como elos da cadeia de comunicação discursiva. Neste caso, a compreensão acerca dos limites do enunciado também deve ser considerada.

3. Enunciado e seus limites

Os limites dos enunciados são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso, ou seja, pela alternância entre os falantes: aos enunciados de uns pronunciados antes, respondem os enunciados de outros - ou, ao menos, os enunciados promovem uma ativa compreensão responsiva do interlocutor. Diz ainda Bakhtin (2003, p. 275) que o

enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro, por mais silencioso que seja o 'dixi' percebido pelos ouvintes [como sinal] de que o falante terminou.

Desse modo, destacam Grillo & Costa (2013, p. 153), os "enunciados são unidades concretas produzidas por sujeitos particulares, autores com identidades socioideológicas ligadas às esferas de produção, recepção e circulação". Esses sujeitos são escritores, professores, sacerdotes e, claro, jornalistas, "cujos posicionamentos ideológicos remetem às esferas da criação ideológica" (GRILLO & COSTA, 2013, p.153). O enunciado é, portanto, marcado pela subjetividade de seu autor, o que, por si, já põe em questão toda uma tradição ideológica do jornalismo que afirma a suposta neutralidade ou imparcialidade dos produtos informativos de mídia.

Tais posicionamentos ideológicos manifestam marcas de subjetividade e autoria que, de acordo Bakhtin (2003, p. 301), reafirmam que o enunciado é dirigido à resposta dos outros - o enunciado tem seu destinatário o que, por sua vez, significa que cada "gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero" (BAKHTIN, 2003, p. 301). Inclusive, claro, no campo ou esfera do jornalismo.

Ligada à alternância dos sujeitos do discurso na configuração do enunciado, Bakhtin (2003) sugere a sua conclusibilidade específica. Em outras palavras, para ele a alternância dos sujeitos somente pode acontecer porque "o falante disse (ou escreveu) tudo o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições" (BAKHTIN, 2003, p. 280). E o outro que participa do diálogo - aqui, vale ressaltar, a noção dialógica do discurso do círculo bakhtiniano deve ser considerada - pode responder ao enunciado porque três elementos estão presentes: exauribilidade do objeto e do sentido (ou seja, o sujeito disse tudo o que queria ou podia dizer), projeto de discurso ou vontade de discurso do falante (no caso dos gêneros jornalísticos os enunciados se encerram porque assim manifestam os enunciadores marcando seu fim na própria materialidade textual com sinais ortográficos e até elementos editoriais) e as formas típicas composicionais e de gênero de acabamento (expressões como

“por fim” ou capítulos de “conclusão” ou “considerações finais” em textos acadêmicos). No entanto, tais marcas de conclusibilidade são diferentes em cada campo de comunicação discursiva - em uma continuidade que vai de uma conclusibilidade quase plena naqueles enunciados em que os gêneros do discurso são de natureza padronizada e o elemento criativo está ausente quase por completo (pedidos, ordens militares, etc) até mais flexíveis, como a poesia.

Ainda assim, importante dizer, o objeto é inexaurível, mas se torna exaurível ao ser tema de um enunciado – definido pelos objetivos colocados pelo autor, no âmbito de uma ideia definida por ele. Ou seja, destaca Bakhtin (2003, p. 282), é a intenção discursiva ou vontade discursiva do falante que determina o todo do enunciado, o seu volume e suas fronteiras. Essa vontade se realiza, antes de qualquer coisa, na escolha por um certo gênero de discurso.

É também por isso que, lembra Bakhtin (2003, p. 282),

os participantes imediatos da comunicação, que se orientam na situação e nos enunciados antecedentes, abrangem fácil e rapidamente a intenção discursiva, a vontade discursiva do falante, e desde o início do discurso percebem o todo do enunciado em desdobramento.

Quando ouvimos o discurso alheio, diz Bakhtin (2003, p. 283), já adivinhamos o gênero por suas primeiras palavras: “adivinhamos um determinado volume (...), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala”.

Desse modo, reconhecemos os gêneros discursivos da esfera jornalística, em seu uso, independentemente de conhecermos conceitualmente ou não a questão do gênero: adivinhamos que tal enunciado pertence ao gênero “editorial”, ou é uma “reportagem”, ou outro qualquer, a partir de sua leitura. Ao começar a ler produtos jornalísticos passamos a reconhecer as particularidades dos seus diferentes gêneros, compreendendo a relativa estabilidade entre os enunciados que os compõem, sejam reportagens, notícias, notas, editoriais ou entrevistas, por exemplo. É disso que também trata Cristóvão (2012, p. 2) ao afirmar que, para que haja um reconhecimento das características dos jornais e dos gêneros do discurso utilizados, “são necessários alguns pré-requisitos, como a identificação espaço-temporal entre leitor e produtor do texto e a possibilidade de ambos serem capazes de situar-se em relação ao gênero do discurso utilizado”.

A revisão crítica adotada acima aponta-nos a direção metodológica a que nos propomos neste trabalho.

4. Abordagem metodológica

Como perspectiva metodológica para este artigo pretendemos utilizar aportes da análise de gêneros do próprio Círculo de Bakhtin, conforme sistematizada por Rodrigues (2004). A relação da proposta bakhtiniana com a ideologia e seu estudo é explicitada por Rodrigues (2004, p. 428), ao afirmar onde "há ideologia há signo e onde há signo há ideologia: tudo o que é ideológico se 'encarna' em algum material semiótico; a linguagem 'reflete' a ideologia".

Rodrigues (2004 p. 428) diz, ainda, que Bakhtin reforçava a importância de uma metodologia de análise da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros porque ela diz respeito a enunciados concretos, relacionados com diferentes esferas da atividade e da comunicação humanas.

Nesse contexto, Rodrigues (2004, p. 429) afirma que ao assumir com seu objeto de estudo o homem e a sua palavra, o pesquisador passa a ser participante desse diálogo: "ele não está situado fora do seu objeto, mas faz parte do objeto observado, pois o estudo torna-se interrogação e interpretação, em suma, diálogo" (RODRIGUES, 2004, p. 429).

Rodrigues (2004, p. 430) questiona, então, como fazer do enunciado e do gênero objetos de investigação. Em primeiro lugar, é preciso considerar, afirma Rodrigues (2004, p. 430), que "o todo do enunciado se constitui como tal a partir de elementos extralinguísticos (dialógicos) e está vinculado com outros enunciados em uma dada esfera social". Não é, portanto, possível analisar enunciado ou gênero sem tomar em consideração o todo da interação social em que se manifesta - inclusive, os aspectos ideológicos e dialógicos envolvidos.

Além disso, na "perspectiva teórico-metodológica bakhtiniana, uma pesquisa sobre um determinado gênero não pode ser simplesmente vista como uma elaboração de uma 'descrição' desse gênero" (RODRIGUES, 2004, p. 431), uma vez que tal postura conduziria a um apagamento da dimensão dialógica da linguagem.

É a partir do que afirma Bakhtin [Voloshinov] (1988, p. 124 apud RODRIGUES, 2004, p. 432) que a autora propõe um percurso para análise que, enfim, com a devida adaptação, pretendemos respeitar nesta pesquisa, exceto seu último passo, que não nos parece adequado aos nossos objetivos neste trabalho:

o primeiro passo de pesquisa é analisar o papel da esfera da comunicação científica no conjunto da vida social. O segundo é analisar a situação de interação desse gênero: qual o autor previsto, qual a concepção de interlocutor, qual a sua finalidade

ideológico-discursiva, como se dá a sua orientação para o seu objeto do discurso; qual o seu acento de valor? Esses aspectos englobam a análise da dimensão social do gênero. O terceiro passo, articulado aos anteriores, é buscar ver o modo de funcionamento do gênero na sua dimensão verbal. Aquilo que é a regularidade do gênero nessa dimensão, que pode ser mais menos estável e “visível”, vai se construindo durante a análise (RODRIGUES, 2004, p. 436).

Em nosso trabalho, concordamos com a própria Rodrigues (2004, p. 435) que diz que, embora tenham no horizonte a situação social, as análises de gênero tomam como foco a organização textual do enunciado - é a partir dos enunciados que podemos promover tal trabalho analítico, o que, porém, somente pode ser suficiente para a identificação de gêneros mais estabilizados, como supomos ser os do campo jornalístico, ainda que experimentando atualmente maior fluidez e hibridismo.

5. A Justiça do Trabalho na imprensa do Ceará

Pinheiro (2015) abordou em sua pesquisa a representação da Justiça do Trabalho do Ceará nas matérias veiculadas nos jornais O Povo (OP) e Diário do Nordeste (DN) no período de junho de 2012 a junho de 2014. No período, foram selecionados 255 textos que faziam referência à Justiça do Trabalho cearense, ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (com suas variantes de grafia: TRT da 7ª Região; TRT do Ceará; TRT/CE; TRT7), às unidades de primeira instância (fóruns e varas do trabalho), ou pelos termos "Justiça trabalhista", "Justiça do Trabalho" ou apenas "Justiça", contanto que se referisse a assuntos do estado do Ceará e seus municípios e envolvendo disputas de relações de trabalho.

Quadro 1: Total de matérias coletadas por categorias, com base na Classificação Marques de Melo (ASSIS & MELO, 2013): veículos, gêneros e gêneros x veículos

Categorias	Total
Diário do Nordeste	137
O Povo	118
<i>total</i>	255
gênero informativo	149
gênero opinativo	106
<i>total</i>	255
Diário do Nordeste - informativo	80
Diário do Nordeste - opinativo	57
O Povo - informativo	69
O Povo - opinativo	49
<i>total</i>	255

Fonte: Pinheiro (2015)

Pinheiro (2015) recortou oito textos informativos (quatro de cada jornal), sendo quatro com temática administrativa e/ou institucional e quatro com temática jurídica trabalhista, dos quais seis foram apresentadas em pares, pois discorrem sobre a mesma pauta em ambos os jornais. Os textos foram classificados no formato notícia de acordo com a Classificação Marques de Melo. Neste trabalho, nos dedicaremos a dois desses textos a fim de podermos apontar algumas possibilidades relacionadas não apenas à análise dos gêneros do discurso jornalístico como também à sua teorização.

Quadro 2: Notícias selecionadas

DATA	TÍTULO DA MATÉRIA	JORNAL	EDITORIA
15/06/2012	Roseli Alencar assume TRT/CE	DN	Cidade
15/06/2012	TRT empossa nova diretoria no Ceará	OP	Política

Fonte: Pinheiro (2015)

No primeiro passo de análise, conforme Rodrigues (2004, p. 436), devemos descrever o papel da esfera da comunicação jornalística no conjunto da vida social. O Diário do Nordeste e O Povo são os dois principais jornais diários do estado do Ceará, tanto em tiragem de exemplares quanto em influência social. Pinheiro (2015) conclui, em sua pesquisa, que ao construir uma representação acerca da Justiça do Trabalho cearense, o discurso jornalístico arregimentado pelos dois jornais sob análise manifestou-se concedendo pouca voz direta aos órgãos judiciais: nos textos analisados predomina o discurso indireto, o que permite afirmar o alinhamento dos jornais ao conteúdo daquilo que fora enunciado, em oposição ao que seria a enunciação em discurso direto, que implicaria num maior distanciamento (MAINGUENEAU, 2013).

Além disso, diz Pinheiro (2015), a Justiça do Trabalho cearense aparece na imprensa local sempre dividindo o espaço com outras fontes, ainda que tenha restado claro ao autor que os jornais tendem, de maneira mais ou menos explícita, ao apoio a um dos lados da disputa. Podemos, também, concluir com Pinheiro (2015) que o conteúdo do discurso jornalístico sobre a Justiça do Trabalho varia de acordo com o tema da pauta e com o veículo que realiza a enunciação.

Diante do exposto, parece-nos possível dizer que o papel social esperado para o discurso enunciado a partir da esfera jornalística, ao menos no que cabe ao corpus sob

análise, é não apenas informar - como se tal processo fosse óbvio e possível sem intenções discursivas e ideológicas associadas. Ao assumir a citação indireta dos enunciados da Justiça trabalhista (ou seus representantes) e ao variar o acento sobre o conteúdo de seus textos de acordo com os temas das pautas, o discurso jornalístico atua para a manutenção de uma certa ordem social, reproduzindo um conteúdo ideológico que serve à valorização dos interesses de classe que, por fim, representam.

Além disso, todos os textos em análise podem ser reconhecidos como notícias. A notícia, por sua vez, como gênero do discurso, tem como autor previsto um veículo de imprensa - no caso de nossa análise, jornais. Mais precisa e adequadamente nos referimos ao profissional jornalista que atua em jornal e, por isso, fala de um determinado lugar de fala que se submete à linha editorial do veículo e à sua intenção discursiva e ideológica. Nossa análise sugere que, enquanto o Diário do Nordeste vincula-se mais claramente ao discurso institucional da Justiça trabalhista, como que intencionando o reforço da ordem ideológica oficial, O Povo parece tentar se aproximar mais de um público leitor mais contestador de tal postura.

Exemplo disso pode ser tomado nos dois textos sob análise, que tratam da posse de nova presidência do TRT no Ceará. O texto do Diário do Nordeste, de 15 de junho de 2012, e, mesmo com as características informativas no enunciado, demonstra a proximidade discursiva do Tribunal com o jornal ao apresentar unicamente trechos de falas da presidente empossada (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015):

Nova gestão

Roseli Alencar assume TRT-CE

Sem “utopias”, enfatizando o desejo de tornar a Justiça do Trabalho mais eficiente e próxima ao cidadão, a desembargadora Maria Roseli Alencar foi empossada, na noite de ontem, na presidência do Tribunal Regional do Trabalho – 7ª Região (TRT-7). “Estamos entrando numa nova fase do judiciário trabalhista, que envolve uma queda de paradigmas”, destacou.

Como vice-presidente do TRT, tomou posse o desembargador Francisco Tarcísio Guedes. Os empossados irão administrar o Tribunal até 2014.

A continuidade da luta pela instalação de duas novas varas do trabalho até o fim do ano e a implantação de um célere processo judicial eletrônico estiveram no centro do discurso da nova presidente do TRT. “Nós estamos trabalhando previamente na capacitação dos magistrados e na preparação da infraestrutura para a prioridade da nossa administração, que é o processo judicial eletrônico”, explicou a recém-empossada.

Eleita por unanimidade, a desembargadora terá sob sua responsabilidade um tribunal com 29 Varas do Trabalho em funcionamento em 13 municípios e autorização para instalar mais oito. Juntas, as unidades judiciárias de primeira instância recebem, por ano, uma média de 45 mil novas reclamações trabalhistas para solucionar.

Já no texto de O Povo, do dia 15 de junho de 2012, são introduzidos novos atores no contexto: o Sindicato dos Servidores e a Associação dos Magistrados, trazendo elementos dialógicos explícitos no enunciado (REBOUÇAS, 2015)⁴.

Justiça

TRT empossa nova diretoria no Ceará

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Ceará (7ª Região) deu posse ontem à nova diretoria da Corte, em solenidade marcada pela festividade, mas também por cobranças e críticas do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho e da Associação dos Magistrados do Trabalho.

Em discurso durante o evento, as duas entidades lembraram a nova presidente do TRT, desembargadora Maria Roseli Mendes Alencar, as demandas da Corte, como a instalação de duas novas varas trabalhistas em Fortaleza e pelo menos cinco no interior do Estado, além do reajuste salarial das categorias.

A presidente afirmou, durante entrevista, que a criação das varas já foi aprovada por lei e que, agora, é preciso aguardar a instalação do Processo Judicial Eletrônico. A desembargadora afirmou que a metodologia deverá começar ainda este ano.

Além de Roseli Alencar, também tomaram posse ontem os desembargadores Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior e Maria José Girão, novos vice-presidente e corregedora da Corte, respectivamente.

O gênero notícia tem característica informativa, com texto construído em terceira pessoa, numa composição estilística que tenta reduzir as marcas de subjetividade. Isso não significa, no entanto, que a notícia não acentua um valor ideológico que corresponde à intenção comunicativa do seu enunciador - não apenas do jornalista que se coloca como autor da notícia, mas do próprio jornal, em respeito à sua posição discursiva e interesse no tema.

Considerações finais

Este trabalho é uma proposta inicial que visa à discussão teórica e empírica da questão dos gêneros do discurso jornalístico. Nele, em que pese os seus limites, procuramos articular a discussão conceitual dos gêneros do discurso, dos enunciados e de suas características a partir das ideias do Círculo de Bakhtin, em diálogo com a Classificação Marques de Melo. Para tanto, e com a intenção de um aprofundamento de nossas propostas, nos valem de uma análise de dados levantados por Pinheiro (2015) em seu trabalho monográfico.

Compreendemos, ao final, que, ainda que reconheçamos a relevância operacional e funcionalista da Classificação Marques de Melo, conforme exposta por Melo & Assis (2013), ela não consegue dar conta da complexidade da questão dos gêneros do discurso

⁴ O fato de que o texto de O Povo está assinado pelo repórter, enquanto o texto do Diário do Nordeste aparece sem assinatura pode apontar um outro possível caminho analítico que, no entanto, extrapola os limites propostos para este trabalho.

jornalístico, especialmente no âmbito teórico. Ao se apropriar de maneira adequada das noções bakhtinianas, acreditamos, o estudo dos gêneros do discurso jornalístico poderia adquirir maior relevância teórico-conceitual e empírica - não apenas em nível acadêmico como também no âmbito pragmático do ensino e da prática jornalística. A discussão bakhtiniana sobre gênero e enunciado pode vir a tornar desnecessário o uso da noção funcionalista de formato, uma vez que, como mostramos acima, a ideia de enunciado engloba aquilo que define o formato na Classificação Marques de Melo.

Em nossa análise, procuramos demonstrar como as notícias, enunciados jornalísticos que seriam classificados como pertencentes a um formato na Classificação Marques de Melo podem ser, mais adequadamente, consideradas como gênero do discurso jornalístico, tratando-se de “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 261).

Desse modo, como gêneros do discurso jornalístico, as notícias obedecem a um estilo que evita a manifestação das subjetividades (sendo, por isso, escrita em terceira pessoa do singular) e têm características informativas.

Ainda assim, destaque-se, a notícia, como gênero, não pode ser considerada de nenhum modo imparcial ou neutra. Faz parte de sua composição a intenção comunicativa, sua vinculação a uma ideologia e um valor, como qualquer gênero discursivo. No caso do campo do jornalismo, a ideologia e o acento de valor se vinculam à linha editorial do jornal, com pouca influência real do profissional que escreve o texto.

É dessa maneira que, com base no corpus que ora analisamos - textos acerca da Justiça trabalhista do Ceará no Diário do Nordeste e em O Povo no período descrito - , as notícias não apenas informam, mas possuem intenções: o discurso jornalístico, ao menos no corpus analisado, atua para a manutenção da ordem social, reproduzindo um conteúdo ideológico que serve à valorização dos interesses de classe que, por fim, representam. Nosso artigo sugere, por fim, que o Diário do Nordeste vincula-se ao discurso institucional da Justiça trabalhista, reforçando a ordem ideológica oficial, e que O Povo parece tentar se aproximar mais de um público leitor mais contestador de tal postura.

Independente das questões particulares relativas às notícias analisadas neste trabalho, consideramos possível realizar uma generalização acerca de uma teoria dos gêneros do discurso jornalístico conforme as noções do Círculo de Bakhtin. Tal consideração tende a tornar desnecessária a Classificação Marques de Melo, uma vez que considerará cada enunciado jornalístico não na dimensão do formato, mas sim do gênero e enunciado, englobando seu papel social, o fato de ser produto de uma esfera social específica com

funcionalidades a ela adequadas, sua intenção comunicativa, interlocutor presumido na interação social e dialógica da linguagem, seu acento de valor e ideologia manifesta.

Sendo uma discussão inicial, propomo-nos a aprofundar a discussão acerca dos gêneros do discurso jornalístico a partir de uma perspectiva bakhtiniana em trabalhos posteriores no âmbito dos estudos do jornalismo, procurando participar do potencialmente frutífero diálogo entre os estudos da linguagem e o campo da mídia.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M.. “Os gêneros do discurso” in BAKHTIN, M.. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHARAUDEAU, P. “Gênero do discurso” in CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3 ed. 1a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CRISTÓVÃO, A.. “Um olhar para os projetos editoriais da Folha de S. Paulo na perspectiva bakhtiniana de gênero do discurso” in **Recorte**. Mestrado em Letras: Linguagem, Discurso e Cultura / UNINCOR ANO 9 - N.o 2, 2012.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Roseli Alencar assume TRT-CE**. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/roseli-alencar-assume-trt-ce-1.145978>, acessado em 16 jul 2015.

GRILLO, S. V. de C. & COSTA, L. R.. “Gêneros jornalísticos na perspectiva bakhtiniana” in SEIXAS, L. & PINHEIRO, N. F. (org). **Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística Aplicada**. Florianópolis (SC): Insular, 2013.

LEMONS, D.D. "Uma revisão bibliográfica inicial sobre gêneros do discurso jornalístico". In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2015, Natal. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-0532-1.pdf>, acessado em 16 jul 2015.

MAINGUENEAU, D.. **Análise de textos de comunicação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MELO, J. M. de & ASSIS, F. de. “A natureza dos gêneros e dos formatos jornalísticos” in SEIXAS, L. & PINHEIRO, N. F. (org). **Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística Aplicada**. Florianópolis (SC): Insular, 2013.

MENDES, C. M.. “Fait divers, um gênero do discurso” in **Recorte**. Mestrado em Letras: Linguagem, Discurso e Cultura / UNINCOR VOLUME 11 - N.o 1, jan/jun. 2014.

PINHEIRO, H. C.. **A Justiça do Trabalho do Ceará na imprensa: uma análise do discurso nos jornais O Povo e Diário do Nordeste**. 2015. 74 f. Monografia (Curso de Jornalismo). Instituto de Cultura e Artes, Universidade Federal do Ceará. 2015.

REBOUÇAS, H. **TRT empossa nova diretoria no Ceará.** Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2012/06/15/noticiasjornalpolitica,2859135/trt-empossa-nova-diretoria-no-ceara.shtml>, acessado em 16 jul 2015.

RODRIGUES, R. H. “Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas” in **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan./jun. 2004.

ROJO, R. & BARBOSA, J. P.. “Gêneros jornalísticos e novos letramentos: novos ethos, curadoria, redistribuição” in SEIXAS, L. & PINHEIRO, N. F. (org). **Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística Aplicada**. Florianópolis (SC): Insular, 2013.

SOUZA, G.. "O documentário (periférico) como um gênero do discurso" in **Revista Comunicação Midiática**, v.6, n.2, p.110-126, maio/ago. 2011.